**Despacho n.º 7985/2006 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral dos Registos e do Notariado de 20 de Março de 2006:

Licenciado Manuel Silvares Pinheiro, chefe da Divisão de Processamento de Remunerações da Direcção de Serviços Financeiros e Administrativos, em comissão de serviço, na sequência de concurso — renovada a comissão de serviço no cargo de direcção intermédia de 2.º grau daquela Direcção de Serviços, por um período de três anos, com efeitos a 19 de Junho de 2006, considerando as qualidades de liderança, de motivação e adaptação à mudança e sentido de missão demonstrados ao longo do exercício daquelas funções, expressos no relatório de demonstração das actividades prosseguidas e dos resultados obtidos. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 7986/2006 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 17 de Março de 2006:

Maria Vitória Galveia Patrício Ferreira, ajudante principal de 2.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa — deferida a cessação do destacamento que vinha exercendo nos serviços centrais desta Direcção-Geral, com efeitos a 20 de Março de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

**Despacho n.º 7987/2006 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral dos Registos e do Notariado de 22 de Março de 2006:

Licenciado Valdemar da Costa Ferreira, director dos Serviços de Informática, em comissão de serviço, na sequência de concurso — renovada a comissão de serviço, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau, daquela Direcção de Serviços, por um período de três anos, com efeitos a 27 de Maio de 2006, considerando as qualidades de liderança, de organização e sentido de missão demonstrados ao longo do exercício daqueles funções expressos no relatório de demostração das actividades prosseguidas e dos resultados obtidos. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Março de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos.*

## Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

**Despacho n.º 7988/2006 (2.ª série).** — Nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 156/2001, de 11 de Maio, delego na coordenadora do Gabinete de Recursos Humanos, Aprovisionamento e Expediente, Maria Filomena Pinto Diegues, a competência para a prática dos actos abrangidos por este despacho e que seguidamente se enumeram:

*a*) Justificar faltas;
*b*) Autorizar o gozo, a alteração e a acumulação de férias após parecer favorável do respectivo dirigente;
*c*) Assinar termos de aceitação na sequência de nomeações por mim efectuadas;
*d*) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
*e*) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
*f*) Emitir certidões, declarações e notas biográficas;
*g*) Assinar a correspondência ou expediente necessários à instrução de processos e à execução das decisões proferidas nos mesmos, no âmbito das atribuições do Gabinete de Recursos Humanos, Aprovisionamento e Expediente;
*h*) Autorizar, mediante adequada fundamentação, a condução de viaturas oficiais por funcionários ou agentes que não possuam a categoria de motorista.

Ficam por este meio ratificados todos os actos praticados por Maria Filomena Pinto Diegues incluídos no âmbito da presente delegação de competências desde o dia 24 de Janeiro de 2006.

8 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Mário Paulino.*

## Instituto Nacional de Medicina Legal

**Aviso n.º 4353/2006 (2.ª série).** — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada, nas Delegações do Instituto Nacional de Medicina Legal (Coimbra, Lisboa e Porto), para consulta, a lista de antiguidade dos funcionários deste Instituto reportada a 31 de Dezembro de 2005.

Da organização da referida lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República,* de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do referido decreto-lei.

17 de Março de 2006. — O Vice-Presidente, *Bernardes Tralhão.*

**Aviso n.º 4354/2006 (2.ª série).** — Faz-se público que, por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça de 14 de Março de 2006 foi autorizada a prorrogação do contrato administrativo de provimento celebrado com o licenciado José Jerónimo Fonte Santa Silva, ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98, de 24 de Abril, aplicável ao internato médico de medicina legal por força do disposto nos artigos 72.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro.

23 de Março de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão.*

## Instituto de Reinserção Social

**Despacho (extracto) n.º 7989/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 21 de Fevereiro de 2006:

Licenciada Ana Paula Ferreira Lages Marçalo, assessora da carreira técnica superior do quadro da Procuradoria-Geral da República — nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Apoio Jurídico, Auditoria e Inspecção, do quadro deste Instituto, com efeitos a 1 de Março de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Março de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado.*

**Despacho (extracto) n.º 7990/2006 (2.ª série).** — Por meu despacho de 27 de Fevereiro de 2006:

Licenciada Ana Cristina Rafael Gomes, técnica superior principal da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal deste Instituto — designada coordenadora da equipa junto do estabelecimento prisional de Coimbra, da Direcção Regional do Centro, deste Instituto, com efeitos a 5 de Janeiro e até 30 de Junho de 2006 (índice 710). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado.*

**Rectificação n.º 534/2006.** — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 6319/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 55, de 17 de Março de 2006, a seguir se rectifica que onde se lê «Licenciado António da Silva Gabriel [. . .] chefe da Divisão de Apoio ao Funcionamento dos Sistemas de Execução das Medidas Tutelares de Internamento» deve ler-se «Licenciado António da Silva Gabriel [. . .] chefe da Divisão de Apoio ao Funcionamento dos Sistemas de Execução de Penas e Medidas».

23 de Março de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado.*

# MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

## Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

**Despacho n.º 7991/2006 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero a engenheira Ana Cristina Domingues de Almeida Caldeira do lugar para o qual foi nomeada, como especialista, pelo meu despacho n.º 9619/2005, de 13 de Abril.

2 — A presente exoneração foi a pedido da própria e produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2006.

17 de Março de 2006. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa.*

**Despacho n.º 7992/2006 (2.ª série).** — A Rede Nacional de Áreas Protegidas, instituída pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, é constituída por áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses e a representatividade dos valores que procuram salvaguardar. Após a publicação do referido diploma, os órgãos das áreas protegidas de interesse nacional classificadas com as categorias de parque nacional, reserva natural e parque natural passaram a ser a comissão directiva e o conselho consultivo, os quais exercem, respectivamente, as competências definidas nos artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro.

Nos termos do artigo 17.º do citado decreto-lei, a comissão directiva é o órgão executivo da área protegida e é composta por um presidente e dois vogais, sendo o mandato dos seus titulares de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

O regime de nomeação dos titulares deste órgão executivo, também previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, foi recentemente alterado pela publicação do Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de Julho, que unificou o regime aplicável à nomeação dos dirigentes dos serviços centrais e locais do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), incluindo-se nestes últimos as áreas protegidas de âmbito nacional, mediante a sujeição do recrutamento, selecção e provimento do presidente da comissão directiva ao regime definido na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. Por outro lado, este decreto-lei veio ainda dispor sobre o modo de nomeação dos dois vogais da comissão directiva, sendo um indicado pelo ICN, designadamente em regime de destacamento ou requisição, e o outro pelas câmaras municipais com jurisdição na área, sendo ambos nomeados, sem sujeição a parecer prévio vinculativo dos citados órgãos autárquicos, pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Nesta conformidade e atentas as propostas de nomeação de vogais apresentadas pelo ICN e por diversas câmaras municipais, ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de Julho, nomeio, pelo prazo de três anos, os vogais das seguintes comissões directivas de áreas protegidas de âmbito nacional:

*a*) Parque Natural da Arrábida:

Vogal indicado pelo ICN — Maria de Lurdes Serpa Carvalho, vice-presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — José Charneira, vereador da Câmara Municipal de Palmela;

*b*) Parque Natural de Montesinho:

Vogal indicado pelo ICV — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais, em sistema rotativo anual:

Por um ano a contar da data da publicação do presente despacho — Jorge Nunes, presidente da Câmara Municipal de Bragança;
No ano subsequente — Américo Jaime Afonso Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vinhais;
No último ano — Jorge Nunes, presidente da Câmara Municipal de Bragança;

*c*) Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina:

Vogal indicado pelo ICN — Maria de Lurdes Serpa Carvalho, vice-presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — Manuel José de Jesus Marreiros, presidente da Câmara Municipal de Aljezur;

*d*) Parque Natural da Serra de São Mamede:

Vogal indicado pelo ICN — António João Silva Herdeiro, técnico superior do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — Victor Manuel Martins Frutuoso, presidente da Câmara Municipal de Marvão;

*e*) Parque Natural de Vale do Guadiana:

Vogal indicado pelo ICN — João C. Rosmaninho de Menezes, presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — Jorge Pulido Valente, presidente da Câmara Municipal de Mértola;

*f*) Parque Natural do Douro Internacional:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — José Manuel Caldeira Santos, presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta;

*g*) Parque Natural do Tejo Internacional:

Vogal indicado pelo ICN — Eduardo Manuel Osório Dias Gonçalves, técnico superior do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — Raquel Barbosa Baptista Lopes;

*h*) Parque Natural do Litoral Norte:

Vogal indicado pelo ICN — Maria do Carmo Branco Miranda, técnica superior do ICN;
Vogal indicado pela Câmara Municipal — Jorge Alves Cardoso, vice-presidente da Câmara Municipal de Esposende;

*i*) Parque Natural de Sintra-Cascais:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais:

Vogal efectivo — Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara, presidente da Câmara Municipal de Sintra;
Em substituição — Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras, vice-presidente da Câmara Municipal de Cascais;

*j*) Parque Natural da Serra da Estrela:

Vogal indicado pelo ICN — João Manuel da Silva Alves, vice-presidente do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais, em sistema rotativo anual:

Por um ano a contar da data da publicação do presente despacho José Manuel Custódia Biscaia, presidente da Câmara Municipal de Manteigas;
No ano subsequente — Carlos Alberto Pinto, presidente da Câmara Municipal da Covilhã;
No último ano — José Francisco Gomes Monteiro, presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira;

*l*) Reserva Natural das Dunas de São Jacinto:

Vogal indicado pelo ICN — Paulo Alexandre Carvalho Viana, técnico superior do ICN;
Vogal indicado pela Câmara Municipal — Luís Miguel Capão Filipe, vereador da Câmara Municipal de Aveiro;

*m*) Reserva Natural da Serra da Malcata:

Vogal indicado pelo ICN — Paulo José da Luz Carmo, técnico superior do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais:

Vogal efectivo — Domingos Torrão, presidente da Câmara Municipal de Penamacor;
Em substituição — Manuel Rito Alves, presidente da Câmara Municipal de Sabugal;

*n*) Reserva Natural do Paul do Boquilobo:

Vogal indicado pelo ICN — António João Silva Herdeiro, técnico superior do ICN;
Vogal indicado pela Câmara Municipal — Pedro Lobo Antunes, vereador da Câmara Municipal de Torres Novas;

*o*) Reserva Natural das Berlengas:

Vogal indicado pelo ICN — Maria de Lurdes Antunes Morais, técnica superior do ICN;
Vogal indicado pela Câmara Municipal — António José Ferreira Sousa Correia Santos, presidente da Câmara Municipal de Peniche;

*p*) Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha:

Vogal indicado pelo ICN — Maria João Cabral Pereira Correia Monteiro Cabral, técnica superior do ICN;
Vogal indicado pelas câmaras municipais — Joaquim Augusto Machado Pinheiro, técnico da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

22 de Março de 2006. — Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa,* Secretário de Estado do Ambiente.